

## Bibliotecas Monásticas e Cultura\*

Uma biblioteca caracteriza-se, na sua essência, por ser um espaço onde se conserva, difunde e, por vezes, se produz informação.

Detentora de uma longa tradição, a função da biblioteca, hoje, consiste em estimular o gosto pela leitura, informando e formando os cidadãos, constituindo-se, por essa via, como um elemento fundamental e indispensável de aquisição de cultura, aspecto que actualmente é posto em evidência nas recomendações que a UNESCO faz no que respeita a estas matérias.

Porém, já essa preocupação estava presente na famosa e tão citada Biblioteca de Alexandria (século III a.C.)

Se as Bibliotecas em geral devem ser entendidas como centros difusores de cultura e se tomarmos como ideia directora a identificação do específico de uma Biblioteca Universitária que se foi construindo e crescendo sob a tutela da Igreja Católica, logo nos apercebemos da longa tradição documental e cultural de que a Biblioteca João Paulo II é depositária, por via de uma herança muito antiga, como que constituída por diferentes elos em cadeia, sendo esta um dos seus últimos elos.

Esta Biblioteca, em termos de **livro teológico**, possui um acervo documental significativo, no sentido em que se preocupa em adquirir as principais colecções teológicas, quer actuais quer já consideradas como “clássicas” da Teologia, como por exemplo, a *Patrologia* de Migne. No entanto, para que uma formação e uma informação actualizadas sejam possíveis, a aquisição de obras contemporâneas torna-se um imperativo. Não é possível uma cultura e um saber teológicos sem um adequado acervo

---

\* IN MEMORIAM do Prof. Doutor Francisco da Gama Caeiro (Lisboa, 26 de Maio de 1928 - Lisboa, 18 de Setembro de 1994): ao grande mestre e amigo o meu agradecimento por tudo quanto me ensinou e que esta comunicação claramente evidencia.

documental nesta área, aspecto que tem constituído uma preocupação permanente de todos aqueles que com estas questões se ocupam.

Em termos de Biblioteca com um fundo teológico documental significativo e actualizado, a nossa Biblioteca Universitária João Paulo II possui, com efeito, um acervo notável em que passado e presente interagem com vista ao estabelecimento de uma cultura nitidamente de cariz teológico e que assinala o específico desta Biblioteca por oposição a outras Bibliotecas Universitárias que, pelo facto de não leccionarem estas matérias, não sentem a necessidade de possuírem as principais e, portanto, mais significativas obras neste domínio.

Toma-se claro, em nosso entender, que estamos perante uma Biblioteca que assume uma antiga herança. E no que toca à Cidade de Lisboa podemos fazê-la remontar ao início da nacionalidade, mais precisamente ao momento em que Dom Afonso Henriques toma a Cidade aos mouros.

Seguindo o importantíssimo estudo de Francisco da Gama Caeiro intitulado *As Escolas Capitulares no Primeiro Século da Nacionalidade Portuguesa*<sup>1</sup>, iremos pôr em evidência a importância quer das Escolas anexas às Catedrais, quer das Escolas dos Mosteiros como meios, quase os únicos nessa época, de difusão do saber. Ora, este saber que aqui se ia constituindo repousava em certas leituras, implicando pois a necessidade de Bibliotecas.

Aquando da tomada de Lisboa em 1147, D. Afonso Henriques nomeou como Bispo da Cidade um inglês, Gilberto de Hastings, o qual era “bem instruído nas letras sagradas”, de acordo com a *Crónica da Fundação do Mosteiro de São Vicente de Fora*<sup>2</sup>. Embora não se conheça a data precisa da criação da Escola anexa à Sé de Lisboa, é certo que D. Gilberto e D. Álvaro são os seus fundadores, pois só por esta via era possível formar clero, preocupação imediatamente presente e que vinha ao encontro de disposições conciliares anteriores O Concílio de Latrão, “celebrado em 1179, havia tornado obrigatória em todas as Sés a dignidade do magister scholarum com a finalidade de dar instrução religiosa aos clérigos e a escolares pobres”<sup>3</sup>.

Da Livraria Capitular da Escola anexa à Sé de Lisboa nada de concreto se sabe, pois o seu arquivo perdeu-se aquando do terramoto de 1755.

---

<sup>1</sup> Cf. FRANCISCO DA GAMA CAEIRO, *As Escolas Capitulares no Primeiro Século da Nacionalidade Portuguesa*, “Arquivos de História da Cultura Portuguesa”, Lisboa, 1, 1966.

<sup>2</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 26.

<sup>3</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 12.

Contudo, e porque a cultura eclesiástica nesta época era muito homogênea, no sentido em que se privilegiava uma orientação geral dos estudos, o que se lia e o que continham outras Livrarias de Escolas Episcopais provavelmente também teriam existido naquela. Assim, nestas existiam predominantemente obras de carácter religioso, mas também outras de carácter escolar e pedagógico, possibilitando o estudo da gramática, da retórica, da música, aritmética, etc.

Interessante e bem mais elucidativa no que respeita ao conteúdo de uma **Livraria** nesta época é o **Inventário da Biblioteca dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho do Mosteiro de São Vicente de Fora**. Refere Francisco da Gama Caeiro: “A extensa relação de códices pertencentes à livraria do mosteiro de Lisboa (‘Hii sunt libri Monasterii Sancti Vicentii’) rasga uma nova e surpreendente perspectiva, se atendermos à paupérrima informação que tínhamos acerca de quanto respeitava ao nível cultural desta importante comunidade, e revela que ela dispunha, já antes de meados do século XIII, dos textos fundamentais exigidos pela própria orgânica canónica, como o *liber capituli*, a Sagrada Escritura, homilários, leccionários e o *Salterio*, indispensável ao *officium litúrgico* /.../ havia obras basilares de literatura monástica e patrística”<sup>4</sup>.

Como se pode facilmente inferir, do apetrechamento das Livrarias e da qualidade dos Mestres dependia a qualidade do ensino nesta época.

Além do conteúdo das **Livrarias** há a ter em linha de conta o fenómeno muito antigo, e tão actual ainda hoje, que diz respeito à *vexata questio* do empréstimo de livros, aspecto que tem subjacente a consideração da sua circulação entre Mosteiros e Escolas Catedrais, possibilitante de uma dilatação do saber. Entre as Livrarias do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e o de São Vicente de Fora, ambos regrantes de Santo Agostinho, há registos de empréstimos, até porque um **livro** nesta época era um bem raro e precioso.

Parece-nos interessante, neste momento, fazer uma referência a uma figura que na história da Igreja e na Ordem Franciscana se afirmou pela excelência da sua vida, constituindo-se como um modelo para os vindouros. **Santo António de Lisboa**, cuja acção como pregador se processou, fundamentalmente, em Itália e Sul de França, pode ser por nós considerado

---

<sup>4</sup> FRANCISCO DA GAMA CAEIRO, *A Organização do Ensino em Portugal no Período anterior à Fundação da Universidade*, “Arquivos de História da Cultura Portuguesa”, Lisboa, 2, 1968, p. 8.

o primeiro português com uma projecção internacional (1195-1243). De facto, Santo António nasceu em Lisboa, tendo recebido a sua primeira instrução escolar na Escola anexa à Sé, transitando entretanto, após estes primeiros estudos, para o Mosteiro de São Vicente de Fora, onde permaneceu cerca de dois anos, para em seguida transitar para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, no qual durante nove ou dez anos, como Cónego Regrante de Santo Agostinho, se dedicou ao estudo da Sagrada Escritura e da Patrística, especialmente Santo Agostinho, que era o seu mestre espiritual, tendo já neste momento determinado, seguramente, o seu endereço platónico agostiniano. O alto valor intelectual da sua obra sermonária repousa, largamente, no saber adquirido nestes centros portugueses.

Ora, esta chamada de atenção sobre a figura de Santo António tem como intenção pôr em evidência que aquele que foi considerado por São Francisco como o primeiro franciscano autorizado a ensinar teologia aos seus confrades e que redigiu a pedido destes um manual ou guia para pregadores franciscanos, tal como o próprio Santo refere no **Prólogo** aos seus *Sermones*, apresenta-se como alguém que possuía uma sólida formação teológico-escuritística, a qual, se bem que aberta às novas preocupações da época e do franciscanismo nascente, contudo reflecte bem a cultura que adquiriu em Portugal, sobretudo nos Mosteiros de São Vicente de Fora e de Santa Cruz de Coimbra. É de referir que este último, em termos de saber e de cultura, era muito prestigiado, sabendo-se que possuía uma biblioteca devidamente apetrechada, aspecto que foi propício a uma formação ímpar como a do nosso Santo, que é considerado um dos Doutores da Igreja, sendo o único português a possuir este título.

O saber e a cultura, em nosso entender, constituem-se como elos entre os homens e entre as épocas. Assim, podemos caracterizar uma cultura como o desenvolvimento de certas faculdades do espírito, que se materializam em realizações ou produções do homem. Um **livro** é, sem dúvida, uma produção espiritual que se materializa e que possui um alcance cultural. A cultura, no sentido em que remete para a “/.../ acção que o homem realiza quer sobre o seu meio quer sobre si mesmo, visando uma transformação para melhor”<sup>5</sup>, apresenta-se em contraste com aquilo que no homem é natureza. A cultura, de certo modo, refere e fala-nos das obras do homem ao longo da história. Ora o contacto com essas produções do

---

<sup>5</sup> MANUEL ANTUNES, Cultura, “VERBO. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Lisboa, Ed. Verbo, 1967, vol VI, col. 579.

passado, institui um diálogo entre passado e presente, de tal modo que o valor da tradição pode ser invocado como fundamental para o progredir do próprio saber. Se não há cultura sem tradição, isso significa que a cultura tem o poder de religar os homens entre si, aproximando-os pelo diálogo que tem o poder de instaurar.

Assim sendo, a cultura testemunha um processo dinâmico, significativo, em que há uma atitude de acolhimento de certos valores que se configuram como sendo dotados de sentido. Um texto como os *Sermones* de Santo António tem a possibilidade, a oito séculos de distância, de permitir que o homem do século XX se encontre a si mesmo, pelo suscitar de uma reflexão que o conduza ao reconhecimento de certos valores com actualidade e, portanto, formativos (e não só informativos) para a sua própria vida.

A cultura é, pois, uma espécie de atmosfera que o homem cria e recria, é dinâmica e institui uma relação entre o **passado** – a tradição, na medida em que nela vêm inscrever-se actos culturais que ilustram as diferentes possibilidades do homem – e o **presente**, que num diálogo com essas produções é capaz de criar novas formas, outros modos de estar no mundo. Podemos, então, admitir que não há cultura verdadeira sem uma atenção à tradição e que uma compreensão do presente e sua projecção para lá do momento em que se vive, ou seja, a sua inscrição no **futuro** depende sempre desse diálogo. O passado ao enformar o presente potencia a construção do futuro

Tal como já foi por nós mencionado, e seguindo a reflexão de Francisco da Gama Caeiro em *A Organização do Ensino em Portugal no Período Anterior à Fundação da Universidade*, era nas Escolas Catedrais, bem como nas Escolas Monásticas que se processava o ensino, constituindo-se estas como os verdadeiros centros de irradiação de saber e, portanto, produtores de cultura. Ignorar este aspecto, ou não lhe conferir um especial significado, equivale a pôr na obscuridade uma apreciável parte da tradição cultural portuguesa. Mosteiros como os de Santa Maria de Alcobaça, que foi um centro importante de copistas, de Santa Cruz de Coimbra, de São Vicente de Fora são referências importantes para a cultura portuguesa aquando da constituição da nacionalidade, ou seja, são marcos da nossa história que não devem ser esquecidos e que temos a obrigação de valorizar.

Entre as primeiras Bibliotecas Monásticas e Catedralícias de Lisboa e a Biblioteca João Paulo II, oito séculos decorreram. Entre as primeiras e esta última, muitas outras Bibliotecas de cariz teológico emergiram sob a tutela das Ordens Religiosas em Portugal. Cada uma é uma espécie de elo que em cadeia, do primeiro ao último, atestam uma visão do mundo

sustentada por determinados valores que promovem a vida do espírito.

Por essa espécie de corrente passou muito do saber que ainda hoje tem o poder de nos dizer alguma coisa, de ser uma luz orientadora.

Chamar a atenção para a produção teológica que desde o início da nacionalidade até aos nossos dias se foi constituindo e difundindo é, simultaneamente, valorizar as Bibliotecas que a tornaram possível. Entre a cultura de uma Instituição e a sua biblioteca instaura-se uma relação em que esta última se afirma como uma espécie de espelho documental da primeira.

Muitos dos fundos documentais das bibliotecas monásticas portuguesas encontram-se integrados em bibliotecas públicas, pelo que, como proposta a realizar, parece-me ser interessante a elaboração de um guia ou roteiro que inventarie os diferentes fundos documentais de cariz teológico, presentes nas bibliotecas portuguesas.

Tomando como paradigma a concepção agostiniana que articula tempo e memória, podemos afirmar que passado, presente e futuro são as dimensões do existir temporal humano, e também das suas Instituições, que são um testemunho da acção do homem na história.

Uma Biblioteca, ou mesmo apenas um livro, enquanto traço dessa memória temporal diz-nos desse existir e como tal deve ser conservado e preservado. As Bibliotecas Monásticas dizem respeito, nessa interrelação entre passado, presente e futuro, à história da Instituição na qual se constituíram, são um seu testemunho palpável, concreto. Preservar este saber hoje, não só numa dimensão endógena mas também numa projecção para o futuro, a pensar nos vindouros, é também uma maneira de fazer cultura, nessa cumplicidade entre presente das coisas passadas, presente das coisas presentes e presente das coisas futuras.

MARIA DE LOURDES SIRGADO GANHO